

ASCENSÃO E CRISE DE UM PARADIGMA DISCIPLINAR*

(O Espaço do complexo CSN-Volta Redonda)

Ruy Moreira**

Para Maurício Abreu

A Usina Presidente Vargas e a cidade de Volta Redonda formam um complexo. Um todo organizado desde os anos 40 na forma de um modelo espacial do tipo *company-town* (Mangabeira, 1993). Antecipando em quase uma década a aceleração industrial dos anos 50, foi ele uma peça essencial e a melhor expressão do cunho nacional-desenvolvimentista que instrumentou a construção da sociedade brasileira moderna.

A cidade de Volta Redonda foi construída à imagem e semelhança da usina pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que traçou-lhe por função a de espaço disciplinar da massa trabalhadora da usina. As casas, os serviços, as áreas públicas da cidade são o desdobramento externo da fábrica. Sob essa mística de identidade, cidade e fábrica se integram, se completam e crescem juntas como uma unidade única de espaço.

Passados 54 anos, a configuração é basicamente a mesma da forma matricial: a usina centraliza o visual da paisagem, uma gigantesca planta industrial circundada por uma cidade que, hoje

* Resumo de pesquisa em fase de conclusão sobre a relação sociedade-espaço no complexo CSN-Volta Redonda, realizada com apoio do CNPq.

** Professor do Departamento de Geografia da UFF, onde organiza o Núcleo de Estudos da Geografia do Trabalho (NEGT); Doutor pelo Departamento de Geografia, FFLCH/USP e autor dos livros: *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985; *Formação do Espaço Agrário Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1991; *O Círculo e a Espiral*. Rio de Janeiro: Coautor, 1994. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Av. Litorânea, S/N. Niterói (RJ), CEP. 24.210-340. Tel/Fax. (021) 722-7609.

autônoma, tem o urbanismo que lembra ainda a cidade que nasceu a seu serviço e se expandiu crescendo aos seus pés.

A forma como o complexo foi organizado teve o fim de fazer dele o modelo de referência da construção da sociedade industrial no Brasil. De fato, mais que uma retaguarda destinada a subsidiar a industrialização com o aço que lhe é condição primordial, o complexo CSN-VR atuou como um laboratório formador disciplinar da classe trabalhadora fabril brasileira que então aparecia substituindo no Brasil uma sociedade de camponeses. E o seu modo de relação sociedade-espaço, desde o arranjo geográfico da cidade até o problema da escolha de Volta Redonda como local da implantação da usina, exprime esse papel que o complexo cumpre de conversor de camponeses em operários -- jecas tatus em operários, no dizer de Jéssie Jane (Souza, 1989) -- disciplinarizados na cultura cronométrica do relógio de ponto e das regras tutelares e populistas do trabalho.

As greves da década de 80-90 e a privatização ocorrida logo após em 1993 são o sinal entretanto da crise do modelo e, mais uma vez acompanhando o quadro geral dos acontecimentos nacionais, o indício de que novos parâmetros de relação sociedade-espaço entram em desenvolvimento no Brasil.

A repassagem crítica desse modelo, sem a qual não se aponta para qualquer sociedade nova futura, é o assunto deste texto. Veremos que sua análise nos põe no centro do problema do tipo de sociedade que queremos, questionados neste momento das alternativas da história diante de um sistema de sociedade que só sobrevive pelo domínio e exclusão e de um outro que não foi capaz de a ele efetivamente contrapor-se.

Os agentes

O modelo espacial implantado no complexo CSN-VR é a expressão da orientação que a partir dos anos 30 a elite, através das ações do Estado, doravante definido como o formulador e executor da uma política industrializante para o país, imprime como um todo à sociedade brasileira.

O marco formal é o discurso de Vargas em 1931, anunciando, num claro recado estatista e nacionalista para as empresas estrangeiras que controlam a produção e exportação do minério de ferro, em particular a Itabira Iron, de Percival Farquhar,

as intenções de criar uma moderna siderurgia e uma nova política de minério e econômica geral para o Brasil.

A nova era, no entanto, demora a instalar-se e terá de esperar a década de 40 para ver-se implantada. A década de 30 é um período de formulação atribulado. O período de 1938-1940 o de decisão. E a década de 40 a do deslanche. Depois de muitas demarches, Vargas cria em 1940 a Comissão do Plano Siderúrgico. Em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional. E em 1946 verifica-se a primeira corrida de gusa do alto forno 1 em Volta Redonda.

Esse comportamento de Vargas reflete a conjuntura instável e conflitiva nascida da revolução de 1930. E expressa em suas decisões os propósitos da elite militar egressa do tenentismo e que o embasa em sua ascensão.

O exército é o núcleo que o pressiona no sentido de implementar uma política siderúrgica e industrial soberana para o país e o faz reorientar-se sobre suas próprias idas e vindas de indecisões. É ele a referência que Vargas tem próximo de si, no meio da disparidade dos interesses que o cercam. E a base que o faz por fim inclinar-se pela solução do complexo CSN-VR: "A política do aço não nasceu pronta e completa, como uma espécie de plano-mestre tecnocrático de Vargas e do Estado Novo; ao contrário, tinha havido a elaboração de diversas estratégias e a formulação das mais variadas opiniões sobre a matéria, muito antes de o exército se bater pela construção de uma moderna siderúrgica, em 1938" (Wirth, 1973: 55).

A dificuldade dessa tomada de rumo deve-se a que as opiniões em confronto não são puras controvérsias acerca da implantação de uma moderna indústria siderúrgica no Brasil. De fato, está em jogo o rumo da economia no seu todo. Vargas oscila entre duas diferentes perspectivas, que conflitam em torno da definição da linha a seguir-se de política siderúrgica e assim industrial: uma privatista e regional e outra estatal e nacional. A elite militar é a fonte originária da segunda e a garantia de que por fim prevaleça sobre a primeira: "Após longos anos de debate, os brasileiros concordaram quanto à necessidade de uma usina siderúrgica moderna, discordando apenas com referência aos meios. As questões em aberto até 1939-1940 consistiam em saber se se devia considerar em conjunto a exportação de minério e a construção da usina, seguir soluções regionais ou permitir a propriedade e o controle por parte de estrangeiros. Diversas facções

e interesses manobraram, através da iniciativa política, até que aquelas questões foram solucionadas, apresentando-se oportunidades para a obtenção de ajuda externa. As características salientes, nesse particular, foram o papel do exército ao insistir na construção da usina e o grau de influência do nacionalismo econômico para congregar os fatores econômico, político e de defesa numa perspectiva a curto prazo" (Wirth, 1973: 108).

O espaço simbólico

O modelo espacial do complexo CSN-VR é a expressão desse "nacionalismo de base ampla", estatista, trabalhista e populista com que se equaciona a política industrial do Brasil moderno a partir da política do aço.

Todo o imaginário varguista de industrialização aqui se põe e se realiza, se formata de modo a fazer do complexo CSN-VR o lugar onde se ensaie e se corrija o modelo de espaço que nas décadas seguintes veremos implantar-se como a sociedade nacional em todo o Brasil industrial.

Modelo representativo da sociedade estatal e nacional, trabalhista e populista, o espaço do complexo CSN-VR é a ilustração da nova era industrial e encarnação do discurso da soberania proclamada. O berço de onde o discurso oficial molda um país forte e soberano. A corporeidade do projeto que pesará sobre a obrigação e responsabilidade da classe trabalhadora nascente e deverá espelhar aos olhos da sociedade brasileira como um todo a capacidade política e técnica da gestão militar.

"Símbolo da emancipação econômica do Brasil e da aptidão deste para desenvolver seus próprios recursos" (Wirth, 1973: 108), o espaço do complexo CSN-VR é a referência da construção da identidade nacional e por onde Vargas fará passar a leitura do país para todos os brasileiros.

O problema e a escolha da localização

Foi este caráter do complexo o real fator que decidiu sobre sua localização em Volta Redonda.

Diversos lugares haviam sido objeto de cogitação, antes de optar-se por Volta Redonda. Santa Cruz, situada no litoral do

Espírito Santo, tinha a vantagem de poder relacionar-se à exportação do minério de ferro descido pela ferrovia Vitória-Minas e à importação do carvão estrangeiro, e Santa Cruz, no litoral do Rio de Janeiro, a de ter uma topografia plana, bem servida de água, estar próxima da ferrovia Central do Brasil e vincular-se à facilidade portuária do porto de Sepetiba. Todavia, são ambas localizações litorâneas, isto constituindo para os militares ao mesmo tempo sua vantagem e desvantagem. Volta Redonda não tinha a vantagem litorânea, mas compensava-a estar em local protegido de ações navais, fator a ser considerado numa conjuntura de guerra.

Essas considerações, clássicas na geografia das indústrias siderúrgicas, avultam ainda mais em face de a usina ser um capítulo em que se decide a questão maior de uma política industrial. Atravessado por intensas disputas de linha, o problema de determinação da localização alimenta-se dos limites do país em dois dos quesitos classicamente requeridos para implantação de uma usina siderúrgica: o capital e o coque metalúrgico. Para os primeiros balanços feitos nos anos 30, o país está bem servido de minérios e de mercado interno, possui um razoável serviço ferroviário, mas não dispõe de carvão metalúrgico e sobretudo carece de capital abundante. Os quesitos carvão metalúrgico e capital põem assim o país num estado de dependência estrangeira. Situação grave para o ver dos militares, que tendo a política do aço como a base da política industrial, não podem desconsiderar a conjuntura mundial imperante. O capital é problema crônico, praticamente sem saídas em nível interno e que de algum modo terá que vincular-se a soluções de caráter internacional. O carvão de Santa Catarina apresenta elevado teor de cinza e enxofre, não se revelando econômico e adaptável ao emprego em altos fornos, alimentado a coque metalúrgico, o que o torna um problema praticamente insolúvel, de vez que o coque é o componente principal de um custo favorável à produção do aço. Adicionalmente, há a levar-se em conta o problema do sistema de transporte, uma vez que o sistema existente encontra-se sobrecarregado e em estado precário justamente na área de concentração do mercado do aço, o eixo Rio e São Paulo.

No correr dos anos 30, é o problema do carvão o que pesa mais que qualquer outro, visto que a política do aço se constitui numa política de aço-coque. Isto faz a linha pender para uma

equação envolvendo a exportação do ferro, recurso abundante em Minas Gerais e valorizado internacionalmente pela guerra, como base de sustentação da importação do carvão coqueificável com suas divisas. A resposta para o problema da localização tende assim para uma solução do tipo privatista e regional, suportada em recursos de fora.

Por isso pensa-se de início no litoral do Espírito Santo como local da instalação da usina. A exportação do minério serviria para cobrir os gastos com a importação do carvão, bastando para isso a construção de um porto em Santa Cruz, um povoado pesqueiro, equacionando-se a só tempo o problema da localização, do carvão e do capital. É o Plano Farquhar. Haveria entretanto que ampliar-se a capacidade de escoamento da ferrovia Vitória-Minas. O que convertia a política do aço numa política de ferrovia e aumentava a dependência interna de capital. O plano não agrada à elite militar, além de interesses regionais dos mineiros e dos produtores de aço espalhados pelo país e que se baseiam no consumo de sucata. Para os militares em particular, além de trazer um problema de defesa esta equação põe o país num estado de dependência externa num assunto para eles tão estratégico.

O impasse se arrasta sem saída, quando no final da década de 30 uma reversão altera esse quadro adverso. Atendendo a uma conjunção de interesses do governo Vargas e privados e governamentais americanos a U.S. Steel realiza em 1939 uma pesquisa que reavalia positivamente a qualidade siderúrgica do carvão nacional e constata além disso que um adequado reaparelhamento pode resolver o problema ferroviário. Isto permite dissorciar a solução da usina da exportação do minério de ferro. E põe assim em outros termos a questão da sua localização.

Resta o problema financeiro. E este é resolvido de um modo também inesperado. Novos estudos constam que o país tem meios próprios através do recurso das autarquias (caixas e instituições de previdência social) e que o governo americano se prontifica a fornecer empréstimos (Vargas ameaça negociar a política do aço com os alemães) através do Eximbank.

A década de 40 presencia assim a solução do problema da política do aço, e, a ela interligada, a dos minérios e a industrial. A equação: empréstimo americano do Eximbank secundado por recursos internos da Caixa Econômica e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (num montante assim repartido:

Eximbank: 44%; Caixa: 44%; Previdência: 5%; Governo Federal: os restantes 7%; os recursos internos cobrem 51%, porém mais tarde o Eximbank amplia sua participação); carvão nacional misturado com importado; estatização da usina e dos minérios; reequipamento da Central do Brasil. A solução contempla as preocupações militares: pode-se agora decidir sobre a localização da usina na perspectiva nacional e estatal por eles insistentemente preconizada.

A pesquisa da U.S. Steel, que os militares em grande parte incorporam, aponta para Santa Cruz, no litoral do Rio de Janeiro. Pesam para isso suas excelentes condições: "O Distrito Federal foi, portanto, escolhido como o melhor local para a construção da usina. Em Santa Cruz, na Baía de Sepetiba, os serviços de transporte terrestre e marítimo se encontrariam num ponto a igual distância das minas de carvão de Santa Catarina e das jazidas de minério de Minas Gerais. O local era bem situado em função dos mercados internos e externos, possuía água corrente em abundância e se prestava maravilhosamente à exportação de minério de ferro e ao retorno do navio com carregamento de carvão" (Wirth, 1973: 91).

Por que não foi então esta a solução seguida pelos militares? Duas foram as razões: o descarte da vulnerabilidade de um local marítimo e a opção por um local cujas feições demográficas favorecessem a modelagem de um sociedade de nova era. Por essas duas razões, Volta Redonda foi o local escolhido.

Volta Redonda, uma antiga área cafeeira e estação de parada da ferrovia Central do Brasil, localiza-se à retaguarda da Serra do Mar, interiorizada assim no fundo do vale do Paraíba do Sul e fora do alcance da artilharia naval, e reúne a esta vantagem militar todas as demais qualidades de Santa Cruz do ponto de vista da abundância de água, facilidade de transporte e proximidade dos mercados do Rio e São Paulo. Mas, sobretudo, sendo uma antiga área cafeeira propicia a criação de um espaço novo. E este é o motivo essencial da escolha: "Volta Redonda foi uma solução de tempo de guerra para um complexo problema industrial, político e de defesa. O estudo de 1939 da United States Steel Corporation havia indicado o caminho para a solução definitiva. Partindo daí, o novo plano brasileiro incluiu considerações de ordem ideológica e militar. A usina siderúrgica do governo tinha dois objetivos básicos: tornar o Brasil substancialmente independente da

importação de produtos de aço, e fabricar do modo mais econômico possível, dado as condições do país. Um importante objetivo secundário era a criação de um modelo para o desenvolvimento de uma sociedade nova, industrial. Assim, a decisão de localizá-la numa região cafeeira decadente -- o Vale do Paraíba -- não se fundou apenas em razões estratégicas e econômicas: a cidade industrial de Volta Redonda destinava-se ostensivamente a simbolizar a mudança social e econômica sob o patrocínio do Estado" (Wirth, 1973: 95).

A cidade disciplinar

Com a definição por Volta Redonda, o espaço simbólico ganha a forma da vida territorial concreta. E o motivo nada clássico da sua escolha não demora a se apresentar: "Santa Cruz, Antonina e Vitória foram rejeitadas em parte por não satisfazerem os critérios econômicos estabelecidos pela Comissão Executiva. Todavia, o argumento de Macedo Soares, contrário à realização de despesas adicionais, perdeu força quando a CSN gastou cerca de 10 milhões de dólares com a organização de uma comunidade industrial modelo. A construção de casas residenciais, hotéis, escolas, clubes esportivos e ambulatórios foi feita em escala muito superior às necessidades de uma simples cidade para o pessoal da empresa. Já que o Brasil iria possuir uma indústria siderúrgica moderna, Volta Redonda foi projetada como símbolo do progresso, com grandes implicações para a sociedade brasileira. A vida se centraria em torno do trabalho, numa hierarquia disciplinada; quase todos ficariam ao alcance visual da usina, dos administradores instalados no topo das colinas aos técnicos e capatazes, nas encostas, e aos trabalhadores aglomerados perto do sopé. Moderna e pródiga em face dos padrões brasileiros, a comunidade planejada revela aquela gama de requisitos não econômicos ou militares que haviam sido reunidos naquele local" (Wirth, 1973: 100-101).

O fato é que a usina supõe uma cidade e a estrutura desta cidade deve reproduzir na sua função de organizar a classe de trabalhadores para a usina os termos das suas normas disciplinares. O arranjo espacial da cidade reproduz o da fábrica. É a usina em tom maior. Nela, espaço público e espaço privado apontam para o mesmo fim de educar a população operária na ideologia do

trabalho e da identidade com a filosofia da fábrica. Até porque a fábrica não é uma fábrica, é um projeto nacional.

Por isso que o trabalho e a presença fabris se prolongam nos lazers de fim de semana (Macedo Soares, coronel administrador da fábrica, assiste pessoalmente todos os domingos os torneios de futebol no Recreio do Trabalhador), no regramento do cotidiano, na configuração técnica do operário: "A intervenção da CSN na vida dos operários dava-se em todos os níveis, desde a formação técnica, o médico, o dentista, o disciplinamento do futebol, a briga entre vizinhos... até o policiamento, a ronda da cidade. A Companhia possuía a Rádio Siderúrgica Nacional, cujo prefixo era ZYP-26. E até uma "moeda" própria foi criada -- era o "boró" --, vales de cor rosa com os quais os funcionários faziam suas compras. Este controle de todas as esferas da vida dos operários representava um projeto político-ideológico onde o Estado assumia para si a tarefa de educar e formar o novo trabalhador brasileiro, moldando-o conforme os interesses do capital e dos militares" (Veiga-Fonseca, 1990: 20).

Estamos diante do padrão de espaço que Gramsci designa por fordismo-americanismo (Gramsci, 1968: 375-414), um modelo centrado nas regras disciplinares do trabalho fabril e que tem no arranjo espacial seu meio básico. Modelo implantado em Volta Redonda na esteira da importação da tecnologia via importação de equipamentos embutida no financiamento do Eximbank. É o modelo *company-town*: "A Companhia Siderúrgica Nacional foi edificada segundo um "modelo autárquico" típico das cidades monoindustriais. Localizando-se numa antiga área rural, a construção da Companhia foi acompanhada da construção de uma cidade. Junto a usina integrada, que recebeu o nome de Fábrica Getúlio Vargas, procedeu-se à construção das moradias destinadas aos seus trabalhadores manuais e não-manuais. Esse modelo de *company-town*, com sua infraestrutura de saneamento, hospital e outras provisões, foi seguido pela adoção de uma administração paternalista. O estilo de administração caracterizou-se pelo fornecimento de um amplo sistema de serviços sociais e pela prática de medidas de gestão da força de trabalho. Nessa época, quase não havia burocratização dos direitos e obrigações dos trabalhadores e o número dos postos gerenciais de nível médio era muito pequeno. A organização do trabalho nas seções, assim como os direitos e deveres dos trabalhadores, geralmente eram decididos

de modo pessoal e direto pela gerência. / A adoção de um modelo de *company-town* destinava-se não só a criar a necessária infraestrutura na área, como também a gerar um mercado de trabalho local e uma baixa rotatividade dos trabalhadores. Além disso, a política de gestão visava criar uma força de trabalho disciplinada e treinada" (Mangabeira, 1993: 65-66).

Não se trata de uma novidade na história das configurações espaciais da relação industrial no Brasil (ver Blay, 1985; Decca, 1987; Lopes, 1988; e Ribeiro, 1988). Mas a forma é nova: "O modelo de vila operária implantado em Volta Redonda se diferencia das experiências anteriores, principalmente do modelo de indústrias têxteis do início do século. É um modelo importado dos Estados Unidos da América e terá como ponto central seu caráter hierarquizado. Os bairros repetiam a hierarquização existente no mundo da fábrica" (Souza, 1989: 34).

Localizada à beira do rio, no fundo do vale, a usina tem à sua margem as casas padronizadas do operariado, à meia encosta da subida dos morros as dos técnicos e capatazes, e nas cotas altas, numa visão privilegiada que abria do alto para a usina e o casario operário, as casas dos engenheiros americanos e militares da administração, arrumando-se a cidade numa reprodução da hierarquia e classes do complexo industrial.

Surgem assim os bairros Conforto, do operariado, Santa Cecília, do centro, Laranjal, da elite, a partir dos quais vai se desenhando a geografia urbana da cidade.

A escolha do vale médio do Paraíba do Sul como um lugar afeito à construção de um espaço modelar demonstra a percepção que tem a elite militar do momento de reconstituição da estrutura de classes por que passa a sociedade burguesa no Brasil. Ela mesma se vê dentro desse espectro. Saída dos quadros egressos do tenentismo e que sobe ao poder federal junto com Vargas, a elite militar aglutina aliados civis urbanos e os saídos da velha oligarquia rural ao redor da nova ordem, e, pelas mãos da indústria, ascende e faz-se incluir na nova elite dirigente do país.

Mas como momento igualmente gerador de uma nova classe trabalhadora, de que o operariado da CSN deve ser um segmento altamente representativo. Uma classe que vem do campo e deve ser recriado para um mundo industrial e urbano. O operariado da CSN vem da massa de "vadios" que se aglomera na Zona da Mata mineira em decorrência do fim da escravatura e

declínio da cultura cafeeira e das demais áreas rurais de toda a circundância..

O canteiro de obras é elo fundamental nessa constituição da nova classe trabalhadora. Os camponeses que descem vêm para se empregar como trabalhadores no canteiros de obras. E o modelo do complexo tem seus primeiros ensaios ainda nos canteiros de obra. Aí, nos canteiros, nasce o embrião da configuração futura: “A usina e a cidade vão crescendo juntas. Os operários moravam ou fora ou nos acampamentos da companhia. A vila (atual centro de Volta Redonda) era um imenso cafezal, e os acampamentos dos peões ficavam em meio aos cafezais” (Veiga-Fonseca, 1993: 19).

É o canteiro de obras que organiza a transfiguração do campesinato na moderna classe operária, marca o ritual de passagem dos hábitos culturais do trabalho, orienta a transmutação da cultura de trabalho de tempo solto dos camponeses na cultura do tempo rígido e regulado pelo cronômetro dos operários, mediatiza o movimento da “conversão dos jecas em operários” (Souza, 1989: 11-12), realizando no espaço do complexo CSN-VR o processo que em simultâneo veremos desde a década de 40 se repetir e se generalizar por todo o espaço brasileiro.

A Volta Redonda inicial é em si uma reunião do mundo culturalmente diverso dos camponeses, numa espécie de miniatura do país: “Caminhões saíam vazios de Volta Redonda e se dirigiam para a Zona da Mata onde recrutavam homens, com ou sem família, para irem construir a usina. Eram agregados das fazendas, pessoas muito pobres e analfabetas, com forte influência da Igreja católica, mas que preservaram também vários traços da sua cultura negra. E assim chegavam milhares e milhares de pessoas a Volta Redonda -- eram os “pioneiros”, os “bandeirantes” da industrialização. Ao agenciador desta mão-de-obra a CSN pagava por cabeça. O caminhão parava em frente ao antigo escritório da CSN. Os homens desciam, vários que não tinham sobrenome e eram batizados na hora pelo agenciador. Passavam pelo médico, tiravam a roupa que era lavada e guardada num saco, tomavam banho, cortava-se seus cabelos e recebiam uma roupa nova da CSN. Era sem dúvida um verdadeiro “rito de passagem”. Tinham agora se tornado “novos homens”, tinham sido introduzidos em outro mundo: o mundo fabril ordenado pelo relógio de ponto e pela lógica do capital e do lucro. Os Estados do Espírito Santo e São Paulo, além do Rio, também forneceram mão-de-obra para a

construção da siderúrgica” (Veiga-Fonseca, 1993: 18). Na diversidade das fazendas cafeeiras decadentes transformadas em canteiro de obras o arigó (nomenclatura que se dão os operários da CSN aludindo a semelhança da sua origem com a do pássaro que tem esse nome) se educa no simbolismo da empresa mãe, criadora do Brasil novo e centradora da soberania nacional, e se disciplina no trabalho rigidamente controlado pela regularidade milimétrica dos ponteiros do cronômetro e do relógio de ponto, o Brasil rural se transfigura pela indústria no Brasil urbano, via o ritual de passagem dos peões de obras. Uma metamorfose cultural que marca o nascimento de toda a nova nação.

São os canteiros a fonte originária e constitutiva da primeira leva de operários da usina e da cidade. Por volta de 1943-1944, são 11.000 os trabalhadores empregados nos canteiros de obras. Ao fim da fase de construção, essa massa se redistribui para as novas funções. Parte se dispersa, parte a usina incorpora e parte vai formar os moradores do Morro dos Atrévidos, a primeira favela de Volta Redonda. Quando, em 1946, do alto forno I sai a primeira corrida de gusa, já a CSN é o centro de um espaço construído à base de uma classe técnica e ideologicamente disciplinarizada nas normas do trabalho industrial e coabitante numa cidade criada a sua imagem e semelhança.

Crise e ruptura do paradigma

A consolidação do modelo nos anos 50 e 60 presencia entretanto o seu auge e os primeiros sinais do começo de esgotamento.

A década de 50 experimenta o extraordinário surto de industrialização do país conhecido como nacional-desenvolvimentismo. E esta aceleração industrial, que tem no complexo CSN-VR um dos seus principais suportes, repercute fortemente sobre seu modelo de organização.

Passados apenas vinte anos, a usina e a cidade vêm ganhar volume e diversidade sua população e o seu entorno regional. Cresce a escala da sua inserção regional com a aglutinação pelo complexo dos pequenos núcleos até então espalhados pelo vale médio do Paraíba do Sul (pequenas indústrias de ferro e aço já aí se encontravam desde os fins dos anos 30, antes mesmo da constituição do complexo CSN-VR, e outras mais desde então se

instalam com o tempo). O raio de distribuição da massa trabalhadora da usina se estende desde Valença até as cidades da baixada fluminense na região metropolitana do Rio de Janeiro. Para além do vale médio do Paraíba, o complexo se liga aos pólos industriais e urbanos principais do sudeste por uma rede multiplicada de comunicações. Correlatamente, as dimensões da planta industrial da CSN se ampliam. Em 1954 é instalado o alto forno 2, dilatando a capacidade da produção da usina. E em 1965, esta capacidade sobe das 300.000 ton/ano de aço do projeto inicial para a fantástica escala de 1.400.000 ton/ano.

Tudo isto faz crescer em Volta Redonda e seu entorno regional um vasto setor de serviços, desde o início atraído pelo poder aquisitivo da massa metalúrgica da CSN. O padrão de uniformidade mantido sobre a diversidade dos trabalhadores pela neutralização da sua condição de sujeitos, rompe-se aqui e ali diante da diversidade então amplificada e expandida, iniciando-se o desmanche da configuração *company-town* do modelo CSN-VR.

Uma forte queda de rentabilidade indicando o envelhecimento da tecnologia e equipamentos da CSN dá o sinal do estado crítico do quadro. Um quadro também relacionado à perda progressiva do mercado de aços planos para outras empresas estatais que surgem depois dela, como a Usiminas e a Cosipa.

Diante desse fato, a direção da CSN põe em prática em 1962 o Plano D. O objetivo é uma reestruturação tecnológica e da forma de administração da empresa e das suas relações de trabalho da empresa escalonada num prazo de dez anos cujo efeito implícito é uma completa mudança na relação da fábrica com o trabalho e com a cidade. Uma mudança na forma da relação capital-trabalho e assim na da relação fábrica-cidade, significando a inteira recriação da ordem espacial do complexo.

A mudança na relação fábrica-cidade é a mais nítida: "Em 1976, a CSN rompeu definitivamente com o modelo de *company-town*. Vendeu as casas de sua propriedade aos trabalhadores e transferiu seu patrimônio público, ruas, parques e serviços urbanos, para o âmbito das autoridades municipais (Fontes, 1986: 21). Boa parte dos serviços sociais foi igualmente extinta nessa época" (Mangabeira, 1993: 67).

Já em 1954 esta separação entre a fábrica e a cidade começara a acontecer. Volta Redonda, até então um distrito, se

emancipa de Barra Mansa e ganha administração municipal própria. A usina e a cidade vão reciprocamente se autonomizando, sem que os vínculos de Volta Redonda com a CSN entretanto se alterem: "Mesmo depois da emancipação de Volta Redonda (em 1954) a CSN mantinha um convênio com a prefeitura, que lhe permitia não pagar os impostos devidos ao município em troca de prestar serviços de limpeza da cidade, poda das árvores, pintura das casas. Esse dinheiro retido ajudava a companhia na manutenção do seu paternalismo" (Veiga-Fonseca, 1990: 21). São a constituição de uma autonomia municipal e agora a reforma que desintegra o próprio sistema de tecnologia e administração da fábrica que irão desembocar na reconfiguração do modelo de um modo mais efetivo e globalizado. Estamos entretanto no período da ditadura militar dos anos 60-70, e toda essa metamorfose vai convergir numa espécie de sobrevida do antigo modelo: "Com o Golpe Militar de 1964 a mudança no projeto de desenvolvimento impõe novas relações entre o capital e o trabalho na lógica do lucro selvagem. Os militares, que sempre estiveram presentes no cotidiano dos operários da CSN desde a sua formação, agora assumem a direção da cidade, nomeiam prefeitos, intervêm no sindicato, prendem e torturam trabalhadores. Volta Redonda se transforma em área de segurança nacional" (Veiga-Fonseca, 1990: 21).

Tudo isso é decorrente entretanto da mudança que é posta em curso no âmbito interno da relação fabril. Aqui, o objeto é a mudança do perfil da relação capital-trabalho, com reestruturação correlata no perfil do operariado. Duas são as transformações que se dão para este fim. No plano da técnica, substitui-se o processo Siemens-Martin pelo de oxigênio na produção do aço. E no plano da gestão do trabalho, substitui-se os velhos critérios de classificação e promoção dos operários pelas regras mais explícitas dos critérios tayloristas. É esta segunda ordem de medidas a de efeitos mais transformativos. A alteração no sistema de cargos, a instituição do trabalho em equipes e a exigência da obrigatoriedade de uma mínima formação escolar técnica levam a massa operária a segmentar-se em dois grupos de natureza distinta: "Dentre as inúmeras medidas de modernização citadas nos arquivos da Companhia e nas entrevistas, dois conjuntos sobressaem: 1) a modernização e racionalização do sistema administrativo da Companhia e da usina propostas pela firma de consultoria Arthur

D. Little; 2) as alterações na composição da força de trabalho, com a delimitação de grupos de trabalhadores ‘estratégicos’ e ‘periféricos’” (Mangabeira, 1993: 68-69). O trabalho em geral qualificado é entregue aos trabalhadores da CSN como “trabalhadores estratégicos” e o não qualificado a trabalhadores de empresas contratadas como “trabalhadores periféricos”. É o taylorismo massificador dos trabalhadores de base e instituidor em caráter generalizado do conflito de chão-de-fábrica (Mangabeira, 1993), instaurado sob uma forma mais selvagem.

As novas normas não vêm, é evidente, de uma discussão prévia com os trabalhadores. São baixadas de cima pela administração militar autoritária que substituiu a velha administração militar trabalhista-populista. E resultam assim na criação de um conflito entre capital-trabalho de proporções até então veladas ou desconhecidas. Sobretudo, pesa na nova relação o plano de classificação de cargos, com respectivas faixas de salário, que a empresa não dá ao conhecimento dos trabalhadores, e faz ampliar com ela a insatisfação gerada pela troca da antiga política de promoção do operariado baseada na experiência e conhecimento do ofício adquiridos nos anos de trabalho na usina pela norma do valor formal de uma educação técnica adquirida fora da fábrica.

Desejando ver as reformas implementadas e preocupada com o crescimento dos conflitos, a administração dá início a uma fase de forte repressão interna.

O plano de racionalização-modernização da CSN avança. Com ela, todavia, vem uma mudança nas formas de relação e de seus sujeitos que esvazia consigo os velhos simbolismos espaciais do complexo.

A antiga classe trabalhadora identificada com o antigo espaço simbólico desaparece. Em seu lugar, surge uma nova, que em sua relação se pauta por uma outra forma de mentalização do complexo e do seu significado: “Em meados da década de 1970, a Companhia continuou a dispensar os trabalhadores mais antigos, numa tentativa de eliminar as fontes de resistência às suas políticas racionalizadoras. Os operários mais antigos ainda percebiam a Companhia pela ótica de uma empresa “doadora”, formando um operariado mais submisso. Mas foi essa mesma concepção que colaborou para construir uma força de trabalho mais resistente às políticas de racionalização da Companhia naquela época. / Um dos

efeitos da perda de *status* dos trabalhadores das estatais foi uma mudança nas características de sua identidade. Se, no passado, sua identidade se apoiava na história da Companhia e nas diferenças entre seus empregados e outros setores da classe trabalhadora, ela agora os aproximava de outros grupos operários fora da usina. A identidade das gerações mais jovens já não se construía em torno da noção de trabalhador de empresa estatal, mas da concepção de operário metalúrgico, igualmente como ocorria com outros grupos no país. / Pode-se dizer que essa foi uma das bases da penetração, em Volta Redonda, de um “novo sindicalismo” que já era forte em todo o país” (Mangabeira, 1993: 89).

O resultado é uma nova espacialidade. Uma configuração espacial na qual as tensões encontram-se abrigadas sob mecanismos simbólicos modificados de controle. E um momento em que simbolismos até então desconhecidos ganham significações de forte abrangência. É assim que em maio de 1984 a cidade é despertada por um acontecimento para ela inusitado: a primeira greve dos trabalhadores da CSN desde sua criação em 1941. Depois vem uma segunda, uma terceira, uma quarta... Em seis anos, de 1984 a 1990, somarão em 12 as greves.

São elas o resultado, abolidos os velhos simbolismos, da emergência de símbolos até então impedidos de realizar os seus efeitos. Rompido o velho espaço por uma realidade nova, ainda não de todo esclarecida, desponta a caminho a constituição de um espaço simbólico novo. Paulatinamente, uma face até então oculta emerge e vem à tona para assumir com seus símbolos de referência a hegemonia do espaço velho: a face proletária do complexo. Cada greve faz crescer e aprofundar sua expressão.

Mas já não está falando do proletariado de antes. O Plano D criou uma nova classe trabalhadora não só dentro da fábrica, como o fez externamente no interior da cidade. Um dado ilustrativo desta realidade de classe nova é a forma como a massa trabalhadora deve resolver seu problema de moradia. Uma tarefa até então da administração da usina, com o modelo desfeito pela separação entre a fábrica e a cidade a questão da habitação torna-se a alçada da municipalidade, dos órgãos da administração pública estadual ou federal e sobretudo da iniciativa da própria classe trabalhadora: “Os bairros operários foram construídos em antigas áreas rurais da cidade de Volta Redonda; todos têm a mesma característica de terem sido construídos após a extinção da infra-

estrutura social dos tempos da *company-town*. No final dos anos 60, a Companhia desobrigou-se da responsabilidade pela provisão de moradias e os operários tiveram de resolver individualmente o problema. Devido à escassez crônica de habitação popular no Brasil, essa questão é muito importante para os operários. Alguns recorreram à construção por conta própria, com a ajuda de amigos; outros conseguiram comprar pequenas casas com financiamento dos programas habitacionais do governo federal, como o antigo Banco Nacional da Habitação” (Mangabeira, 1993: 53). A nova realidade dentro da fábrica e dentro da cidade leva a surgir na massa trabalhadora uma mentalidade mista de consciência de classe fabril e de cidadão morador que adquire na constituição da nova espacialidade um papel integrador de grande força.

É assim que um confronto de grandes proporções vai-se formando dentro do velho complexo CSN-VR em decomposição. E sua eclosão vem sob a forma da tragédia de 1988.

Desde a primeira, as greves dos trabalhadores são “greves de ocupação”. As ações se passam dentro do espaço da fábrica, daí indo a generalizar-se por todo o tecido urbano da cidade. Seu ponto de partida é o conflito de chão-de-fábrica, dominante no cotidiano das seções da usina, e um efeito disso é que os segredos técnicos e administrativos da empresa se socializam e viram objeto de um acumulativo domínio da massa dos trabalhadores quanto mais com a sucessão das greves para eles se amplia o conhecimento da geografia fabril. Um conhecimento que funde com o da cidade, na constituição de um só todo geográfico. Ocorre que, em paralelo, cada greve que se sucede é também um aumento acumulativo de entrada e ocupação militar da fábrica pelo exército. Enquanto perduraram as velhas simbologias do espaço do complexo, a relação do operariado e do exército logrou manter-se num estado de conflito apenas latente. A multiplicação das vezes de ocupação de um e de outro à fábrica relacionada ao mesmo fato da greve, vai entretanto desgastando e erodindo a imagem dos velhos símbolos e liberando a energia emergente da nova.

As metamorfoses criadas pelo Plano D sobre a relação capital-trabalho dentro e fora da fábrica já por si haviam posto em crise as velhas simbologias. Todavia, o antigo sentido do complexo identificado com um projeto nacional e emancipador irá ainda manter-se forte no seu significado na memória da massa trabalhadora. Daí o tom inicialmente dúbio da população operária e

da cidade diante da atitude do exército, tomada como incompreensivelmente repressiva.

A rotina dos acontecimentos desaparece com o que permanecera em estado de latência. E então libera o conflito e o espraia para abarcar em seu raio de incidência uma cidade inteira. A greve de 1988, em particular, pela extensão que atingiu, faz que o confronto, mais que uma ação grevista de trabalhadores em conflito com sua empresa, ganhe o significado de um acontecimento global do complexo CSN-VR.

Dado a natureza totalizante do modelo CSN-VR, a greve leva a que para além dos operários empregados na fábrica, se envolvam nos acontecimentos seus familiares, vizinhos e residentes na cidade. Cada greve toma o sentido de um acontecimento da cidade. E a greve de 1988 totaliza essa fusão. Se a radicalização dos confrontos se tornara no correr da sucessão dos surtos grevistas uma realidade vivida por toda a cidade, ainda mais o fará a greve de 1988, com a extensão que adquire. A ocupação da fábrica por milhares de trabalhadores e pelo exército equivale assim a uma ocupação como um todo da própria cidade, e se extrapola do caráter de um conflito fabril pelo vir-a-ser para virar uma ocupação vivida por todos os outros tantos milhares de moradores da cidade.

A verdade é que 1988 herda toda uma geografia. E se manifesta como reagência ao efeito de um todo construído por símbolos homogeneizantes que não trazem os mesmos resultados para todos. Daí seu resultado.

No auge do confronto, se confunde a multidão de operários acantonados dentro da fábrica, sobretudo na aciaria, palco onde a tragédia vai conhecer sua cena mais drástica, com a que, postada do lado de fora dos portões, de familiares, vizinhos, moradores, protesta contra o rumo que toma o desenrolar dos acontecimentos. Afligindo-se com os efeitos que antevê e integrando-se ativamente no desfecho da história, a cidade entra em greve como um só todo: “Então, ali do lado de fora, na passagem superior, foi ficando uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas, que era composta pelos operários que já estavam e os que não puderam entrar para o turno das 4, mais o pessoal dos movimentos populares e familiares dos operários que estavam dentro da usina desde a segunda ou terça-feira. Já é uma tradição nas greves da CSN as mulheres e crianças comparecem às portas da fábrica, principalmente na

passagem superior e Jardim Paraíba” (Veiga-Fonseca, 1990: 96). A greve transbordada para fora fora da fábrica vira uma ação da cidade. O contraponto passa a se dar tanto dentro como fora da usina, avança por todo o velho espaço do complexo. E são as forças da repressão ao movimento grevista que com sua ação o generalizam: “O tiroteio foi simultaneamente aqui fora e lá na usina. O Exército disse: deixa lá dentro comigo, vocês tomam conta do lado de fora. Isso pacificamente, chamou a polícia para atacar a população que não estava lá dentro, enquanto que na usina eles fizeram outro estrago. Simultaneamente, a PM e o Exército juntos aqui fora e o Exército sozinho lá dentro” (Veiga-Fonseca, 1990: 125). Um fato tipicamente disseminativo, característico da nova espacialidade e do papel de seus atores, a repressão generalizada, dá o tom forte do conflito.

É assim que de um fato pontualizado, o movimento ganha a magnitude da política globalizada. A greve tem início no dia 7 de novembro e se alonga até o dia 23. Entra pelas eleições municipais de 15 de novembro e sobre elas se reflete com todo o peso da nova hegemonia espacialmente traçada pelo alcance dos novos símbolos. Expressando o quadro de forças sociais que por todo o âmbito do complexo o Plano D desencadeia, a cidade sufraga os candidatos ligados à nova espacialidade. Elege prefeito o ex-dirigente do sindicato dos metalúrgicos, Juarez Antunes, do PDT, uma bancada de 21 vereadores do seu partido e mais 3 do PT. Metamorfose que ainda mais se explicita na greve de 1989, um ano depois, quando, respondendo aos argumentos de crise da CSN em crescendo, a nova direção do sindicato dos metalúrgicos, sentindo-se hegemônica sobre a cidade, propõe à ministra do trabalho, Dorotéia Werneck, a entrega aos trabalhadores da gestão da usina.

A privatização e a força vital do paradigma

Não logra tudo isso ir além de uma conjuntura, prevalecendo sobre o momento a arquitetura longa e fundamente costurada para o fim da construção da hegemonia não do trabalho mas do capital.

Em 1993 a CSN é privatizada. Os dados são assim novamente repostos. Reiterando a denúncia do esgotamento do modelo, ao tempo que se reclama seu herdeiro, o capital privado introduz no complexo uma nova fase de relação fábrica-trabalho e fábrica-cidade. A forma de construção da hegemonia no entanto não difere da fase estatal. E isto seja no plano da relação capital-trabalho e seja no da relação fábrica-cidade.

Era comum dizer-se à época da privatização que “quem compra a CSN, compra uma cidade”. Antes mesmo da venda se efetuar, e já visando a privatização, a nova administração de imediato introduz na CSN e visa introduzi-la na cidade uma nova fase de racionalização. Substitui as normas tayloristas japonização da gestão da empresa e do trabalho pela da japonização e envolve-se intensamente na eleição sindical, em que os militantes da Força Sindical vencem os da CUT, visando aproximar o sindicato da empresa privada, ao tempo que busca influir nas eleições municipais da cidade (Netto, 1993).

O exemplo da interferência da nova administração na eleição sindical dos trabalhadores é manifesto: “Eu não estava dando apoio aberto ao Formigueiro (Força Sindical), mas todos sabiam das minhas inclinações./ O Formigueiro ganhou as eleições com quase 1.500 votos de vantagem, em um total de 17.300 votos. Apesar de Vagner (CUT) ter recebido 92% dos votos das empresas privadas locais, a vantagem do Formigueiro dentro da CSN foi de 2 para 1. / A festa da vitória foi na praça central da cidade, com chope livre, oferecido por empresários locais” (Netto, 1993: 171-172). Como também nas eleições municipais: “Dentro da filosofia do TQC - Total Quality Control - que estávamos implantando na CSN, qualidade total implica também qualidade de vida dos empregados e de suas famílias. Portanto, uma Volta Redonda bem administrada é importante para a empresa./ A rápida recuperação da CSN surpreendeu a comunidade, e mesmo os politicamente contrários reconheciam nossa competência. Julguei então que se lançássemos um elemento que participara do plano de saneamento

da empresa como candidato a Prefeito, ele teria boas possibilidades de ser eleito. O slogan da campanha foi: 'Volta Redonda Feliz' " (Netto, 1993: 178).

Beneficiária de uma estrutura construída para o fim do assentamento do capital, a CSN privatizada restabelece sob novos moldes o velho modelo de hegemonia que domina e exclui da arena da história os sujeitos do trabalho.

Reproduzindo o apelo da construção nacional, agora na ótica do privado (a privatização como salvação nacional), a elite dirigente reproduz o velho olhar da homogeneidade que pela unidade do simbólico domina e suprime a heterogeneidade dos sujeitos no jogo espacial da hegemonia do único, firmando como prática a percepção da episteme do espaço que melhor alcança quem sempre teve o domínio da história (Moreira, 1995a e 1995b).

Sucede que Volta Redonda é hoje uma cidade de 300.000 habitantes. O desemprego está entre seus grandes problemas, ainda mais crescido com as demissões levadas a efeito pela CSN como parte de prepará-la para a privatização (foram demitidos de imediato 7.000 trabalhadores, caindo o contingente empregado de 23.700 para 16.700, além de 1.500 das empresas de contratação, totalizando 8.500). As habitações urbanas avançam a cidade pela encostas de morros em meia laranja fortemente intemperizados do fundo do vale. A população assim mal alojada recolhe os efeitos da multiplicação dos problemas ambientais que já seriam de esperar num espaço industrial-siderúrgico, mas que avultam num sítio inadequado para o fim de um complexo do tipo CSN-Volta Redonda. E a padronização disciplinar conflita com um universo de relações já altamente diferenciadas e que se resolvem numa outra escala.

Vimos que foi o modelo da identidade disciplinar voltado para o fim de dissolver e excluir a massa trabalhadora como sujeito na hegemonia da elite o quadro de origem do conflito de grandes proporções da greve de 1988. Movimento que arrasta toda uma cidade, reagente a uma disciplinaridade imposta como norma de organização de vida e de espaço espalhada uniformemente para tudo.

Como fazer para construir uma sociedade que além de econômica e socialmente justa saiba espacialmente lidar com a diferença, que o padrão de hegemonia do capital estruturalmente é incapaz de admitir, é a indagação que então se coloca (pergunta a

qual ponderável parcela cabe à Geografia responder). É esta uma questão que só a luta de classes responde? A referência que responde é o campo hoje discursivo da livre cidadania? É possível respondê-la sem um modo espacial de gestão que consagre a coabitação democraticamente confrontada dos seus sujeitos? Pode a privatização como velho jogo renovado da mesma antiga hegemonia dar conta desse problema? Que lições oferece a análise espacial do complexo CSN-VR?

Bibliografia

- ABREU**, Maurício de Almeida - A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- BAER**, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- BANDEIRA**, Moniz - Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.
- BARBOSA**, Jorge Luiz - Modernização Urbana e Movimento Operário, dissertação de mestrado, Instituto de Geociências da UFRJ, (xerox), 1991.
- BASTOS**, Humberto - A Conquista Siderúrgica no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.
- BEYNON**, Huw - Trabalhando Para a Ford (Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.
- BLAY**, Eva Alterman - Eu Não Tenho Onde Morar (Vilas operárias na cidade de São Paulo). São Paulo: Livraria Nobel, 1985.
- BOCAYUVA**, Pedro Cláudio Cunca - A Constituição Humilhada (A Invasão da CSN Trai a Nova Carta), FASE (xerox). Rio de Janeiro, 1988.
- BORGES**, R - Organização do Processo de Trabalho na Indústria Siderúrgica - Um Estudo de Caso, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais (xerox), 1983.
- BRAVERMAN**, Harry - Trabalho e Capital Monopolista (A degradação do trabalho no século XX). Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1977.

- BURAWOY, M.** - Manufacturing Consent, University of Chicago Press, 1979
- CASTORIADIS, Cornelius** - A Experiência do Movimento Operário. São Paulo: Editora BRSiliense, 1985
- CSN** - Relatório Anual, relatórios de 1978 a 1988. Volta Redonda, 1989. (mimeogr.)
- CSN** - Programa de Expansão, Plano D, 1980. Volta Redonda, 1981. (mimeogr.)
- CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL** - Revista Arigó, no. 1. Volta Redonda, 1988.
- COSTA, Alkindar** - Volta Redonda Ontem e Hoje, edição da Sociedade Pró-Memória de Volta Redonda, Volta Redonda, 1992.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo** - A Vida Fora das Fábricas (Cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FONTES, A e Lamaro, S** - Volta Redonda - História de uma Cidade ou de uma Usina?, in Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- GRAMSCI, Antonio** - Americanismo e Fordismo, in Maquiavel: a Política e o Estado Moderno, pág. 375-414. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GUERRA, Ferreira C.** O Processo de Trabalho na Indústria Siderúrgica: Uma Tentativa de Caracterização Geral, (xerox), 1988.
- GUGLIELMO, Raymond** Geografia Ativa da Indústria. in A Geografia Ativa. Pierre George (coord.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- LOPES, José Sergio Leite** - A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés. São Paulo: Editora da UNB/Marco Zero, 1988.
- MANGABEIRA, Wilma** - Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará/ANPOCS, 1993.
- MOREIRA, Ruy** - O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- Espaço, Corpo do Tempo (O arranjo espacial como ordenamento disciplinar do trabalho). Tese de Doutorado (reescrita), USP (xerox), 1995.

- Unidade e Hegemonia: a tensão da diferença como ontologia do espaço. Inédito (xerox), exposição feita no I Encontro da ANPEGE, 1995a.
- O Espaço da Geografia, inédito (xerox), 1995b.
- MOREL, Regina L. de Moraes** - A Ferro e Fogo (Construção e crise da "Família Siderúrgica": o caso de Volta Redonda 1941-1968), tese de doutorado, USP (xerox), 1989
- NETTO, Roberto Procópio Lima** - Volta Por Cima (A História da Salvação da CSN, Símbolo da Industrialização Brasileira). Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.
- OLIVEIRA, Márcio de** - Bangu: de Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a Mais Uma Fábrica da Cidade - dissertação de mestrado, Instituto de Geociências da UFRJ, (xerox), 1991.
- PIMENTA, S** - A Estratégia da Gestão: Fabricando o Aço e Construindo Homens (O caso da Companhia Siderúrgica Nacional), dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais (xerox), 1989.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa** - Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930), Editora da UNICAMP/HUCITEC, São Paulo, 1988.
- ROSA, Maria Inês** - Trabalho, Subjetividade e Poder. São Paulo: Letras y Letras/Edusp, 1994.
- SADER, Eder** - Quando Novos Personagens Entram em Cena (Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1979-1980). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton** - Por Uma Geografia Nova (Da crítica da Geografia a Uma Geografia crítica). São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 1978.
- SILVA, Armando Correa da** - De Quem é o Pedaco? (Espaço e cultura). São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- SILVA, Edmundo de Macedo Soares** - O Ferro na História e na Economia do Brasil, Biblioteca do Sesquicentenário, Rio de Janeiro, 1972.
- SOUZA, Jessé Jane** - Arigó. O Pássaro que veio de Longe, in Revista do Centro de Memória Sindical no 1, Volta Redonda, 1989.
- TEIXEIRA, Nelita Maria da Silva** - Volta Redonda: Seu Povo, Sua História, Seu Espaço, Edição da Autora, Volta Redonda, 1989.

THOMPSON, E. P. - A Formação da Classe Operária Inglesa, 3 volumes (I - A árvore da Liberdade; II - A maldição de Adão; III - A força dos trabalhadores). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque - Volta Redonda: Entre o Aço e as Armas. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

ZILBOVICIUS, M. e Marx, R - Autonomia e Organização do Trabalho: O Caso da Indústria Siderúrgica, in Organização do Trabalho, A. Fleury e N. Vargas. São Paulo: Editora Atlas, 1983.